



A cidade e a educação: um estudo sobre práticas pedagógicas e a formação cidadã

The city and education: a study on pedagogical practices and citizen formation

Marina Zaidan Nery⁽¹⁾; Carliane Maria do Carmo Lins da Natividade⁽²⁾;
Viviane de Bona⁽³⁾

⁽¹⁾ORCID n° <https://orcid.org/0000-0001-7151-7793>, estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Brasil. (marinazaidan@gmail.com);

⁽²⁾ORCID n° <https://orcid.org/0000-0003-1042-1880>, estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia; UFPE; Brasil. (carli.lins@gmail.com);

⁽³⁾ORCID n° <https://orcid.org/0000-0003-2985-4133>, professora do Centro de Educação; UFPE; Recife; Pernambuco; Brasil. (viviane.bona@ufpe.br).

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 19 de setembro de 2020; Aceito em: 10 de novembro de 2020; publicado em 31 de janeiro de 2021. Copyright © Autor, 2021.

RESUMO: A educação não formal é um espaço de formação e aprendizagem de saberes para a vida, espaço este, sociopolítico, cultural e pedagógico. Nesse sentido, as ONGs e os movimentos sociais são os locais mais comuns onde ela ocorre. Partindo dessa premissa, o presente artigo teve como objetivo identificar, a partir da perspectiva dos jovens participantes, a efetividade das práticas pedagógicas do curso Juventude e Espaço Urbano, em uma ONG localizada na cidade de Recife, no estado de Pernambuco. Como metodologia utilizou-se a pesquisa qualitativa, tendo como instrumentos a observação sistemática e entrevistas com nove jovens periféricos participantes do curso. Já na análise dos dados coletados empregamos a análise de conteúdo segundo Bardin (2011). A partir do acompanhamento dos encontros formativos e das intervenções realizadas em suas comunidades, identificamos que a ONG utiliza como instrumentos pedagógicos a realização de oficinas, projetos, intervenções, autoavaliação e avaliação da turma. A sistematicidade e a intencionalidade das educadoras sociais, ao realizarem os encontros, foi latente durante o período pesquisado e muito significativas para a efetividade da aprendizagem. Ademais, através das entrevistas identificamos o olhar do jovem para o curso e para a educação não formal, e percebemos como alguns jovens, por exemplo, não sabiam distinguir as práticas realizadas na escola e na ONG, enquanto outros constatavam grande diferença. Além disso, buscamos verificar a eficiência do curso na formação cidadã dos jovens participantes, principalmente através do engajamento gerado, assim como da conscientização dos mesmos sobre o espaço onde vivem. Portanto, verificamos a importância da educação não formal na vida desses jovens periféricos, uma vez que proporciona o conhecimento teórico e prático acerca do direito à cidade e das possibilidades de intervenção em suas comunidades, ampliando o olhar crítico deles para o espaço onde vivem, como também, as práticas pedagógicas empregadas no decorrer do curso, trouxeram liberdade, criticidade e acima de tudo autonomia para eles, os auxiliando a propor projetos efetivos e ampliando o conhecimento que possuíam.

PALAVRAS-CHAVE: Educação não formal, Direito à cidade, jovens.

ABSTRACT: Non-formal education is a space for training and learning knowledge for life, a space that is socio-political, cultural and pedagogical. In this sense, NGOs and social movements are the most common places where it occurs. Based on this premise, the present article aimed to identify, from the perspective of the young participants, the effectiveness of the pedagogical practices of the Youth and Urban Space course, in an NGO located in the city of Recife, in the state of Pernambuco. As a methodology, qualitative research was used, having as instruments the systematic observation and interviews with nine peripheral young people participating in the course. In the analysis of the collected data, we used content analysis according to Bardin (2011). Based on the monitoring of training meetings and interventions carried out in their communities, we identified that NGOs uses pedagogical tools to conduct workshops, projects, interventions, self-assessment and class evaluation. The systematicity and intentionality of social educators, when carrying out the meetings, was latent during the researched period and very significant for the effectiveness of learning. Furthermore, through the interviews, we identified the young person's view of the course and non-formal education, in this path, we realized how some young people, for example, did not know how to distinguish the practices carried out at school and at the NGO, while others noticed a great difference. In addition, we seek to verify the efficiency of the course in the citizen education of the young participants, mainly through the engagement generated, as well as their awareness of the space where they live. Therefore, we verify the importance of non-formal education in the lives of these peripheral young people, since it provides theoretical and practical knowledge about the right to the city and the possibilities of intervention in their communities, expanding their critical look at the space where they live, as also, the pedagogical practices used during the course, brought freedom, criticality and above all autonomy to them, helping them to propose effective projects and expanding the knowledge they had.

KEYWORDS: Non-formal education; right to the city; young.

INTRODUÇÃO

A formação de uma sociedade justa e igualitária para todos e todas, perpassa o conhecimento sobre a cidade em que se vive, o usufruto de seus espaços, bem como a participação ativa em suas decisões. Sendo o entendimento de sua dimensão política crucial para a formação cidadã do jovem periférico.

Compreendemos a cidade como um espelho do homem que a habita, como diria Paulo Freire (2001, p.4) “a Cidade somos nós e nós somos a Cidade”. Entretanto numa sociedade capitalista, onde aqueles que possuem poder e capital determinam os rumos, os espaços de circulação e quem circula dentro de cada um deles, o jovem periférico muitas vezes se vê excluído, sem participação e limitado.

É nesse prisma que encontramos a necessidade do diálogo com a formação cidadã do jovem. E vemos na educação não formal o mecanismo necessário para essa formação, uma vez que ela possui entre as suas intenções, o de emancipar grupos que ficam à margem da sociedade, mostrando que eles também podem atuar nas comunidades em que vivem. Podem buscar conhecimentos que os auxiliem a fazer melhorias nela, ou seja, auxiliá-los na construção do sentimento de pertencimento.

A importância da educação não formal é elucidada por Gohn (2010), quando a autora discorre sobre o papel desta educação na formação e construção da cidadania. Quando desenvolvida junto a comunidades periféricas, possibilita processos de inclusão social, por meio do resgate da riqueza cultural daquelas pessoas, expresso na diversidade de práticas, valores e experiências anteriores. Dessa forma, para ela a educação não formal trabalha em coletivos se preocupando com os processos de construção de aprendizagens e saberes coletivos.

Diante disso, o interesse por essa pesquisa veio do nosso desejo de compreender como a educação não formal, que possui foco na cidadania, ao unir-se ao direito à cidade forneceria um vasto campo de formação cidadã ao jovem, ampliando e viabilizando mecanismos de conhecimento que podem impactar diretamente na atuação do jovem em seu espaço. Tornando-o um cidadão mais consciente de sua cidade, das políticas que a constroem ou destroem, assim como uma percepção regional de sua comunidade.

Para tanto, realizamos uma pesquisa de campo, de caráter qualitativo, em uma Organização Não Governamental, localizada na região metropolitana do município de Recife, estado de Pernambuco. A instituição conta com duas linhas de atuação: 1) direito

da criança e do adolescente, através do programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – DCA; 2) direito à cidade, através do Programa Direito à Cidade – DC.

O Programa Direito à Cidade promove cursos com o propósito de potencializar a construção de sujeitos coletivos comunitários, contribuindo para a formação e fortalecimento das comunidades de origem por meio da atuação dos jovens em espaços como escolas, praças, associações e coletivos de base comunitária.

Com o intuito de compreender o processo de formação do jovem como cidadão, o objetivo da presente pesquisa é identificar, a partir da perspectiva dos jovens participantes, a efetividade das práticas pedagógicas do curso Juventude e Espaço Urbano - Formação Política e Atuação no campo do Desenvolvimento Urbano.

Antes de apresentarmos a metodologia, cumpre esclarecermos a visão acerca da educação não formal e de práticas pedagógicas que irá permear o estudo aqui realizado, bem como sobre o Direito à cidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Educação não formal e práticas pedagógicas

A educação pode ser uma grande ferramenta de transformação social e para muitos é o único caminho na busca por um futuro melhor. Compreendemos que os processos de formação do indivíduo são abrangentes e podem ocorrer nos mais diversos espaços da sociedade (BRANDÃO, 2007, p.17). Portanto, partimos da premissa de que os processos de ensino e de aprendizagem não ocorrem apenas no ambiente escolar.

Aqui, nos cabe diferenciar educação formal e educação não formal. A primeira é um processo realizado na escola, com conteúdo previamente demarcados. Já a segunda, é a educação que os indivíduos constroem durante seu processo de socialização, seja na família, com os amigos, nos bairros, dentre outros, ela é carregada de valores e culturas próprias, de pertencimentos e sentimentos herdados, é aquela que se aprende no mundo da vida, formada pelas experiências e seus compartilhamentos, principalmente em espaços coletivos (GOHN, 2006; 2010).

Nesse sentido, a educação não formal e a formal são independentes entre si, não competindo uma com a outra, cada uma possui uma metodologia própria. Portanto,

comungamos da posição apresentada por Gohn (2010), de que não cabe falarmos de uma educação sobrepondo a outra, mas da importância de ambas.

Para a pedagogia as duas faces aqui discutidas da educação, são de extrema importância na formação humana, existindo uma gama enorme de práticas educativas, e, por conseguinte, diversas pedagogias. Onde para cada uma dessas educações corresponde uma pedagogia (LIBÂNEO, 2001).

Nossa pesquisa, entretanto, situa-se apenas no espaço não escolar, e finca base nos conceitos dado por Maria da Glória Gohn (2006, p.1) que assevera que a educação não formal designa

[...] um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc.

As práticas da educação não formal são um instrumento de formação de aprendizagens, elas se desenvolvem nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadanias, práticas identitárias, lutas contra desigualdades, e exclusões sociais, além de estarem no centro das atividades das ONGs e nos programas de inclusão social, ou seja, fora dos muros das escolas (GOHN, 2009).

Outra autora que estudada é Maria Amélia Franco (2016, p.547), na qual buscamos o conceito de práticas pedagógicas, e a sua finalidade:

as práticas pedagógicas incluem desde o planejamento e a sistematização da dinâmica dos processos de aprendizagens até a caminhada no meio de processos que ocorrem para além da aprendizagem, de forma a garantir o ensino de conteúdos e atividades que são considerados fundamentais para aquele estágio de formação do aluno, e, por meio desse processo, criar nos alunos mecanismos de mobilização de seus saberes anteriores construídos em outros espaços educativos [...].

E complementa, que “as práticas pedagógicas deverão se reorganizar e se recriar a cada dia para se dar conta do projeto inicial que vai se transformando à medida que a vida, o cotidiano, a existência o invadem” (FRANCO, 2016, p. 548). Ou seja, as práticas

pedagógicas são dinâmicas e devem levar em consideração os aspectos vivenciados no momento que estão sendo realizadas e melhoradas para um melhor entendimento no futuro.

Logo, as práticas pedagógicas são fundamentais nos processos de aprendizagem na educação não formal, principalmente nas ONGs. Gohn (2001, p. 47) explica que “há metodologias que precisam ser desenvolvidas, codificadas, ainda que com alto grau de provisoriedade, pois o dinamismo, a mudança, o movimento da realidade, segundo o desenrolar dos acontecimentos são as marcas que singularizam a educação não formal”.

Pelas perspectivas das duas autoras, Franco (2016) e Gohn (2010), vemos como as práticas pedagógicas são instrumentos importantes na educação em espaços não formais e o marcante papel do educador social nesse processo, uma vez que ele irá desenvolver e avaliar o processo educacional nesses espaços. Nos quais, o principal papel do educador é o de propiciar ao sujeito a construção da sua identidade, sempre mantendo o comprometimento com a formação humana e cidadã.

Direito à cidade

As cidades possuem um papel central na vida das pessoas e trazem consigo um arranjo social, econômico e político próprios, bem como formas de segregação e perpetuação de privilégios, refletidos em diversos espaços excludentes.

Para compreendermos o tema, tomamos como referência o geógrafo David Harvey (2013a; 2013b), segundo o qual, o direito à cidade não se restringe a um direito individual, exige esforço coletivo, assim como direitos políticos coletivos. Ocorre que o neoliberalismo alterou o jogo político, visto que

[...] a governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades têm prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparências, substituíram as instituições democráticas; a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais [...]. (HARVEY, 2013, p.32)

Essas novas regras exigiram adaptação por parte dos grupos interessados na cidade, bem como uma nova forma de enfrentamento por parte dos excluídos à hegemonia vigente. Foi necessário buscar outros meios de inserção nas estruturas de

governança, de construção de diálogo e de pensar a coletividade. Um exemplo de um esforço em direção à essa inserção, é o orçamento participativo, que existe em algumas cidades do Brasil, incluindo Recife, Pernambuco. Entretanto esse ainda é um instrumento extremamente tímido frente à necessidade de participação popular nas decisões sobre o local onde vivem.

Para Harvey (2013), o neoliberalismo demanda uma descentralização do poder e isso permitiu uma abertura de espaços onde floresceram uma diversidade de iniciativas locais, contudo existe a necessidade de uni-las de maneira que possam construir um caminho alternativo ao neoliberalismo de mercado.

É preciso compreendermos que a cidade é mais que apenas prédios, ruas, praças, bairros etc., ela é uma “uma expressão das relações sociais de produção capitalista, sua materialização política e espacial que está na base da produção e reprodução do capital” (IASI, 2013, p. 41).

Ao pensarmos a cidade é preciso termos em mente que ela serve a interesses e a um projeto político de poder, ou melhor, de manutenção de poder. Sua dinâmica emerge das desigualdades e das contradições que a formam. A cidade é formada por contrários e pela unidade que forma através destes. Isso gera a necessidade de mecanismos de controle, repressão ou neutralização destas contradições, que são engendrados pelas instituições de ordem. Tais contradições dialogam com o que Iasi (2013) chama de mecanismo do ego, que ao se deparar com a figura do real inviável, leva o indivíduo a adaptar-se. Dessa forma, perante abusos de poder e retrocessos de direitos e diante da impossibilidade de lutar contra um sistema que não possui rosto e endereço, parecemos em conformismos e brigas inúteis com outros indivíduos.

Paulo Freire ao reconhecer a cidade como educadora, ressaltou sua faceta de educanda, visto que “muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição política e, obviamente, a maneira como exercemos o poder na cidade e o sonho, ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de que e de quem fazemos” (FREIRE, 2001, p. 4). Desta forma, percebemos, que termos consciência acerca do sistema que nos cerca, da influência dele sobre a cidade, assim como, de nosso papel político, é fundamental para compreendermos suas exclusões e pensar de forma efetiva em mudanças e alternativas à realidade vigente.

O sociólogo e filósofo francês Henri Lefebvre foi quem primeiro estabeleceu o conceito de Direito à Cidade em 1960, no final da década de 1960, para o qual

o direito à cidade se afirma como um apelo, como uma exigência [...] o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada (LEFEBVRE, 2001 p. 117-118).

Para o autor, o direito à cidade não tem ligação com uma vida melhor e mais digna na sociedade capitalista, liga-se a uma sociedade diferente, na qual a lógica de produção do espaço urbano esteja subordinada ao valor de uso e não ao valor de troca (TRINDADE, 2012).

Nesse sentido, encontramos uma definição de cidade descrita no livro *Ideologia Alemã*, escrito por Marx e Engels, no qual os autores definem a cidade, num momento onde destacam as diferenças entre a cidade e o campo como “de pronto, o fato da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, das fruições, das necessidades [...]” (MARX; ENGELS, 1998, p. 55). Compreendemos a cidade como um espaço, também de conflito, de disputas, mas também de desejos e esperanças.

Maricato (2013) soma-se a esses conceitos, argumentando que a cidade se constitui num “grande patrimônio construído histórica e socialmente, mas sua apropriação é desigual” (MARICATO, 2013, p.20). Há de acordo com autora como pano de fundo, uma disputa básica na cidade, entre aqueles que demandam dela melhores condições de vida e aqueles que tencionam apenas extrair ganhos dela.

Nesta senda, ressaltamos o papel dos movimentos sociais, assim como o das ONGs no Brasil, na luta exatamente pelos que buscam melhores condições de vida. Possui um enorme desafio de superar um legado de exclusão social, de preconceito e cerceamento de direitos, através de luta, atuação política, pressão social, e da educação, a fim de realizar uma mudança efetiva na garantia do Direito à cidade.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A abordagem da pesquisa foi qualitativa na perspectiva defendida por Minayo (2002, p. 21-22), a qual expõe que este tipo de pesquisa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Quanto aos procedimentos, realizamos uma pesquisa de campo amparada nos conceitos de Silveira e Córdova (2009) e Minayo (2009), sendo que a pesquisa de campo

permite a “aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelece uma interação com os atores que formam a realidade” (MINAYO, 2009, p. 61). Em adição, destacamos que também utilizamos os princípios da pesquisa etnográfica de André (2008, p. 34), que elucida que com esse tipo de pesquisa é possível “descrever as ações e representações dos seus atores sociais [...] e os significados que são criados e recriados no cotidiano do seu fazer pedagógico”.

No que se refere aos instrumentos, foi utilizada a observação sistemática, a qual é realizada em condições controladas, para que se responda a propósitos preestabelecidos, assim como o pesquisador não se envolve com os participantes, assumindo uma posição à margem dos eventos; observa o que dizem, seus comportamentos, porém não interrompe para buscar esclarecimentos (LUDKE; ANDRÉ, 1986; MARCONI; LAKATOS, 2003).

Ademais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas que “permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34).

Conforme já apresentado na introdução, a pesquisa foi realizada em uma Organização Não Governamental, localizada na região metropolitana do Recife, no estado de Pernambuco. As observações ocorreram durante o período de setembro a dezembro de 2019. Focamos em uma das duas linhas de atuação da ONG: direito à cidade, através do Programa Direito à Cidade – DC.

Esse programa promove o curso Juventude e Espaço Urbano - Formação Política e Atuação no campo do Desenvolvimento Urbano, possuindo uma duração total de três anos, início em 2018 e término em 2020, com encontros semanais de quatro horas.

Então, o foco da nossa pesquisa foi o curso desenvolvido pela instituição, mais especificamente, as práticas pedagógicas realizadas nele, porém na perspectiva dos jovens que a ele pertencem. Sendo esse curso composto por 24 jovens, de ambos os sexos, com idades entre 16 e 20 anos.

Eles são moradores de três Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, compostas por: Torrões, Mustardinha e Nova Descoberta, em que cada jovem pertencente a sua comunidade de origem compõe um grupo, desenvolvendo projetos para ela.

Entretanto, foram convidados(as), aleatoriamente, nove sujeitos para participar das entrevistas, envolvendo representantes de todas as comunidades acima mencionadas.

A análise dos dados foi realizada a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), e da anterior criação de duas categorias analíticas: 1) educação não formal e práticas pedagógicas e 2) direito à cidade. Desse modo, o roteiro das entrevistas foi elaborado segundo essas categorias. Posteriormente, suas respostas discutidas conforme elas.

Os entrevistados receberam siglas para manter um cuidado ético de anonimato. Foram então, identificados com as siglas E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8 e ao final da sigla colocada as letras M, ND ou T para identificar a qual comunidade este entrevistado se insere. Os trechos descritos no decorrer dos resultados foram retirados das suas falas e identificados.

Destacamos que recebemos anuência de todos(as) os(as) entrevistados(as) que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio da observação sistemática identificamos as práticas pedagógicas utilizadas no Curso oferecido pela ONG. Através das entrevistas semiestruturadas buscamos captar na fala deles os conhecimentos adquiridos no curso em análise e a aplicabilidade destes. Nessa direção, a análise se propõe a compreender como os jovens percebem, além das práticas a eles oferecidas, alguns aspectos acerca da educação não formal e do direito à cidade.

Como citado anteriormente, o curso Juventude e Espaço Urbano: Formação Política e Atuação no campo do Desenvolvimento Urbano, possui uma duração de três anos, porém nesses três anos a metodologia empregada e suas práticas pedagógicas não foram as mesmas, assim como a aplicabilidade nas comunidades em que esses jovens se inserem.

Essa divisão corrobora com o pensamento de Franco (2016, p. 548), ao afirmar que “as práticas pedagógicas deverão se organizar e se recriar a cada dia para dar conta do projeto inicial que vai transformando-se à medida que a vida, o cotidiano, a existência o invadem”. Ou seja, elas não devem ser engessadas e sim mudar para dar seguimento àquilo que buscam, e isso vimos acontecer na ONG que fizemos a pesquisa.

No primeiro ano do curso, iniciado em 2018, a metodologia empregada foi a realização de oficinas com temas ligados ao direito à cidade. Nessas oficinas os jovens aprenderam sobre direito à cidade, cidadania, direitos humanos, plano diretor, democracia, participação popular, comunicação, juventudes, gênero, meio ambiente, dentre outros.

Portanto, nesse primeiro ano do curso percebemos uma congruência com as ideias de Gohn (2009), pois a autora explica que os temas devem ser pensados individualmente, de acordo com as necessidades de cada comunidade onde aquele conhecimento vai ser empregado. E devem emergir de temáticas geradas no seu cotidiano, levando-se em conta a cultura local.

Através da observação que realizamos em encontros do curso, pudemos perceber que os jovens possuíam um embasamento teórico a respeito do que tinham aprendido no primeiro ano. Nesse sentido e a partir da constatação pelas educadoras do projeto, do conhecimento adquirido pelos alunos, no segundo ano do curso foi dado um novo passo.

Em seu segundo ano, em 2019, o curso foi voltado à realização de projetos que pudessem contribuir com as três comunidades participantes do programa. Esses tinham o objetivo de colocar em prática através de intervenções o que se teria aprendido anteriormente, ou seja, fazer algo na sua comunidade que gerasse um impacto, mudança, levasse informações ou melhorias a ela.

Então, cada grupo pertencente a sua comunidade de origem (Torrões, Mustardinha e Nova Descoberta) ficou responsável de criar um projeto. Porém, eles deveriam fazer isso com os conhecimentos construídos no ano anterior, pensar como planejar e executar tais projetos através das intervenções.

Cabe aqui ressaltar que nunca vimos um grupo pensar em um projeto e em sua execução tão rápido, como eles foram capazes de projetar o que gostariam de realizar e apresentar isso a todos para que os demais pudessem contribuir.

Acompanhamos a elaboração dos projetos, que partiu inicialmente do preenchimento de um pré-projeto construído e apresentado em uma aula no curso. A partir disso tiveram o auxílio da ONG para executar as intervenções.

Com o intuito de conhecermos o trabalho desses jovens em suas comunidades de perto, acompanhamos a ação que foi realizada na comunidade da Mustardinha, e que, consistiu em um complemento e aperfeiçoamento de uma intervenção já realizada no primeiro semestre de 2019, na comunidade.

Nessa nova intervenção em um primeiro momento houve uma palestra, dentro da associação dos moradores, explicando a respeito do meio ambiente e dos problemas causados pelo lixo. Essa palestra foi realizada pelos jovens da ONG, que moram no local, ela ainda contou com a participação de alunos de uma escola municipal apresentando um projeto que tinham realizado para conter a disseminação de lixo em córregos da comunidade através de barreiras construídas com garrafa PET.

No segundo momento dessa intervenção, os jovens escolheram uma esquina do bairro onde era colocado uma grande quantidade de lixo, atrapalhando a passagem de pedestres, gerando doenças a população, atraindo animais a procura de comida, dentre outros malefícios. A limpam, construíram um jardim e um mecanismo de alimentação para animais que vivem nas ruas, como mostra na Figura 1.



Figura 1: (A) Jardim com mudas plantadas pelos jovens; (B) mecanismo de alimentação e água para animais, onde o cano da esquerda fica armazenado a ração e o da direita água; (C) Imagem ampliada do suprimento de alimentação para cães.

Fonte: Acervo das autoras.

Dando seguimento ao curso, em momento imediatamente posterior ao término das intervenções foi determinada uma aula para avaliação das atividades realizadas. Onde todos os jovens sentaram no chão em um semicírculo e responderam de forma lúdica em papel colorido, em que cada cor representava a resposta as seguintes perguntas: 1) O que foi legal? 2) O que não foi legal? e 3) O que poderia melhorar?

Em seguida, colavam ao quadro as suas respostas, para uma melhor visualização, em três colunas de acordo com as perguntas. Neste dia muito rico para a nossa análise, pudemos compreender um pouco melhor a dinâmica, falhas e pontos positivos do grupo.

De acordo com os jovens, o que foi legal concerniu: a troca de experiências, as interações, a execução, a recepção da comunidade, ver o trabalho pronto, dentre outros. Já na opinião deles, o que não foi legal e expôs uma das grandes dificuldades que encontramos no curso, foi a falta de responsabilidades, comprometimento e participação de alguns, resposta que refletiu diretamente na última pergunta sobre o que poderia melhorar.

Todos os jovens responderam que um ponto a melhorar era a participação e colaboração de todos. Fato que foi inclusive discutido e pontuado pelas educadoras, reconhecendo que esta falha atrapalhava o andamento do curso e cobrando deles comprometimento com o trabalho que estava sendo feito. Neste dia foi questionado, inclusive, a continuação do projeto em virtude do interesse e desinteresse dos alunos.

Para além disso, em nossas visitas encontramos uma organização anterior completa e esquematizada que era utilizada pelas educadoras sociais como guia das aulas. A organização consistia quase sempre em um primeiro momento teórico ou de diálogo e conversa, e um segundo momento de prática com a elaboração de algum produto.

Após todos esses aspectos vivenciados pelos jovens e nossas observações, buscamos com as entrevistas compreender um pouco seus conhecimentos sobre as práticas pedagógicas, o que acharam das intervenções, como pretendiam levar os conhecimentos adquirido as suas comunidades durante e pós curso e a efetividade de todo esse processo.

Solicitamos aos entrevistados que citassem as práticas que consideravam comuns a escola e a ONG em que participam, assim como as que consideravam diferentes entre esses dois espaços. Sobre as similaridades, inicialmente percebemos a dificuldade de alguns em identificar práticas comuns, onde uma das entrevistadas chegou a dizer que:

“Nada, se fosse seria ótimo, mas não tem” (Fala do indivíduo E1M).

Assim como, percebemos que práticas consideradas por alguns como comuns, foram por outros consideradas diferentes:

“[...] a parte da prática, porque como a gente tem aqui a parte da teoria também do aprendizado, de tudo. A gente tem a parte da prática que aconteceu agora a pouco e na escola também não é diferente, a gente estuda, mas a gente tem que pôr em prática tudo que a gente está estudando” (Fala do indivíduo E4ND).

“A prática, na prática, a escola não tem isso e aqui tem, a escola não tem isso da prática, você coloca o seu conhecimento em prática é bem melhor [...]” (Fala do indivíduo E3M).

Percebemos também, aproximações nas falas dos entrevistados acerca das práticas comuns e as diferentes. Sobre as práticas comuns, três dos entrevistados ressaltaram a comunicação como elemento constante na escola e na ONG, discorrendo acerca da importância de serem ouvidos e poderem dar suas opiniões:

“Comunicação [...] a questão de que eles deixam a gente muito à vontade para a gente expor ideias, então isso é o que tem em comum” (Fala do indivíduo E5ND).

Outras práticas comuns destacadas pelos alunos foram: o trabalho em grupo, a interação entre professor e alunos comparando com os monitores do curso e os alunos do curso, bem como a necessidade do estudo e a importância do conhecimento passado nos dois espaços.

No tocante às distinções entre a educação formal e não formal, três jovens destacaram a questão dos conteúdos dados no curso, alegando serem mais diversificados na ONG contrastando, portanto, com os dados em sala de aula nas escolas:

“Aqui a gente aprende sobre a cidadania, sobre o direito à cidade, sobre o direito do jovem, da juventude, e sobre direitos humanos que mesmo eles dizendo que tem a gente não tem nas escolas. É só uma fachada, porque o que eu tenho aqui (ONG) eu não tenho lá na escola de jeito nenhum, sobre os direitos humanos, direito à cidade, da juventude, não é falado. Nada disso é falado” (Fala do indivíduo E2M).

O ponto que mais se sobressaiu no nosso questionamento aos jovens sobre as práticas pedagógicas perpetradas no curso e na escola, foi a metodologia utilizada pelos dois espaços, que de acordo com eles diverge, pois, a educação não formal possui maior

flexibilidade e dinamicidade, permitindo maior liberdade para o aluno. Nesse sentido destacaram a forma de disposição das cadeiras dentro da sala do curso na ONG, que se compõe em círculo permitindo que todos se vejam e se sintam integrados com o educador popular, diferentemente da escola onde a disposição de cadeiras pressupõe um distanciamento entre o professor e a classe:

“Formato da aula, formato da passagem de informação, eu acho que a visão dos professores, que não são professores, no caso são pessoas que vêm para compartilhar conhecimento, tipo de uma mais informal, tipo não tão regra de escola, você tem que estar de frente para o professor, você tem que ficar calado [...]” (Fala do sujeito E7T).

Sobre a liberdade em sala de aula, de acordo com o pensamento de Fernandes (2012, p.67) é preciso atenção para o risco de educar os jovens de uma maneira não autônoma, reforçando sua dependência e de educadores e de instituições:

Não se busca a ampliação de repertório, de capital cultural e simbólico, de sociabilidade e de vivência do lúdico e do lazer. É como se aos jovens coubesse uma “cultura de segunda mão”, que necessitasse de mediação, mantendo-os atados ao que os outros preparam ou planejam para eles. Mesmo ao fim do período da relação educativa, eles não fazem uso ou não dão prosseguimento a esse movimento, interrompendo o deslocamento e desenvolvendo um sentimento de nostalgia.

Movimento contrário ao citado pelo autor foi o que encontramos na ONG, onde há um claro reforço à autonomia dos alunos, principalmente através das intervenções, que são escolhidas, planejadas e executadas por eles.

Nesse sentido, constatamos a eficácia dos instrumentos pedagógicos utilizados no processo do ensino e aprendizagem do curso. De acordo, com as nossas observações em participações nos encontros realizados na ONG, percebemos a diversidade das metodologias utilizadas pelas educadoras sociais.

Franco (2016), aponta que como práticas sociais, a prática pedagógica produz uma dinâmica social entre o dentro e o fora da escola, que na presente pesquisa podemos colocar ONG em lugar de escola. Onde o professor sozinho não transforma a sala de aula, as práticas pedagógicas funcionam como espaço de diálogo quando se configuram como ressonâncias e reverberações das mediações entre sociedade e sala de aula. Que foi exatamente o que percebemos, onde os jovens da ONG aprenderam algo dentro do

espaço de sala de aula e colocaram em prática em suas comunidades, fazendo com que houvesse uma transformação nesta.

Em nossas entrevistas, buscamos compreender também, o que os jovens pensam das intervenções realizadas, percebemos três aspectos relevantes, o primeiro diz respeito ao aspecto mais individual, sentimental de cada aluno, como as ações realizadas trouxeram satisfação e felicidade:

“[...] É uma palavra assim que não dá para a gente se expressar né?! Mas é muito bom, muito prazeroso e satisfatório” (Fala do indivíduo E2M).

“Rapaz a forma que eu avalio as intervenções pra mim é muito gratificante, porque a gente passa pelo local que a gente realiza as intervenções e as pessoas olham pra gente e faz assim: ali você fez aquela intervenção e ali tem uma semente sua[...]” (Fala do indivíduo E5ND).

“[...] hoje eu posso dizer que as intervenções nos engrandeceram, foi tudo que a gente já tinha planejado desde o começo até agora, e isso foi radiante, de extrema importância para nós” (Fala do indivíduo E6ND).

Outro ponto destacado, foi como as comunidades reagiram e perceberam a presença dos jovens e da ONG na comunidade:

“Acho que resultado das intervenções me fez ficar surpresa, porque eu não achei que a aceitação das pessoas seria tão grande quanto foi, tanto que quando a gente foi procurar o que é que as pessoas achavam, a gente achou mais problemas ainda na sociedade, então eu fiquei bastante surpresa com o resultado e foi bastante positivo” (Fala do indivíduo E8T).

“A ONG tá lá há muitos anos na comunidade e isso tá fazendo com que espalhe mais o nome dela, porque tava lá mas não era tão conhecido assim, aí depois que fez as ações foi uma coisa que todo mundo gostou e todo mundo tá cuidando” (Fala do indivíduo E4M).

Com a nossa participação na intervenção na comunidade da Mustardinha, pudemos perceber o interesse das pessoas da comunidade sobre o que estava acontecendo, assim como a lembrança de alguns da intervenção anterior. Enquanto, o trabalho era realizado muitos membros da comunidade reconheceram a ONG através das camisas padronizadas, e também o trabalho dos jovens, elogiando a atitude. Assim, pudemos observar o apoio da comunidade a ação dos jovens.

O respeito, o zelo e o cuidado com que tratamos a cidade perfaz nossa ação no espaço e conseqüentemente, determina essa cidade (FREIRE, 2001, p.5). Construir uma relação responsável entre o jovem e espaço onde vive, contribui não só para sua

formação individual, mas reverbera por toda a comunidade e concorre para uma sociedade mais consciente.

Buscamos, ainda, entender como as intervenções voltaram o olhar desses jovens para as suas comunidades e dos outros participantes:

“Foram boas, porque tipo, além de mostrar a gente como são as outras comunidades, também fez com que a gente visse a nossa comunidade como tá, visse do jeito que a gente poderia ajudar nossa comunidade, tipo eu não passo muito do meu tempo na minha comunidade [...] ai tipo nessa intervenção, eu voltei mais minha visão para minha comunidade, eu estudei mais sobre ela, então isso tudo deu uma carga de conhecimento cultural muito maior também” (Fala do indivíduo E7T).

“Eu achei muito bom todas as intervenções, foram 6 ao todo. Duas de cada comunidade. Acho que nos fez refletir muito, sobre tipo: a gente tratou muito sobre o lixo em duas comunidades e em uma comunidade a gente tratou sobre a mobilidade. Acho que foi muito bom, abriu até a mente da gente em relação a isso tudo” (Fala do indivíduo E3M).

Seguindo a análise das respostas dos entrevistados, quisemos saber a respeito de como utilizam os conhecimentos adquiridos no curso e qual a sua eficácia. Os jovens foram uníssomos ao revelar que a transmissão do conhecimento adquirido será sua principal forma de aplicação do curso. Acreditam que a informação recebida em suas formações deve ser repassada para as suas comunidades, amigos e familiares.

O trecho a seguir demonstra esse fato:

“[...] porque a galera que tá vindo agora a nova geração vai precisar dessa informação, então quando a gente aprende e pode passar para o outro, o lugar que a gente mora, a comunidade que a gente mora pode se tornar um lugar melhor” (Fala do indivíduo E8T).

Notamos que a fala dos alunos corrobora com o objetivo do curso que é o de “ampliar a participação popular no âmbito do direito à cidade e a cidadania”. O compartilhamento e o aprendizado obtido na ONG permitem uma ampliação dos efeitos pretendidos. Ao repartir sua formação os jovens fazem reverberar seus conhecimentos adquiridos e fortalecem suas relações com a comunidade.

Tema bastante destacado nas falas analisadas, foi a importância da ONG estudada na obtenção, consolidação e passagem do conhecimento. A maioria ressaltou a importante para eles de sua participação no curso.

Os extratos de fala a seguir exemplificam isso:

“[...] eu utilizo as ferramentas que a ONG me proporcionou para corrigir, corrigir não, complementar o pensamento deles” (Fala do indivíduo E3M);

“[...] a ONG me ajuda nisso, dessa forma, com o conhecimento eu posso passar pra outras pessoas e fazer com que elas melhorem junto comigo” (Fala do indivíduo E8T);

“A gente passa para as pessoas da nossa comunidade através da intervenção, em que a ONG nos propôs para falar um pouquinho do que a gente, aprende aqui no curso” (Fala do indivíduo E1M).

Percebemos, então, que o processo educativo proporciona para além de um simples processo de absorção, a possibilidade do aluno a partir de seus conhecimentos prévios e do ganho dos novos reelaborar e transformar seus conceitos prévios (GOHN, 2001).

O argumento que mais se repetiu nas entrevistas foi a intenção deles em repassar os conhecimentos adquiridos, buscando dessa forma que mais pessoas na comunidade conheçam acerca dos seus direitos e das possibilidades dela:

“[...] a gente tem vários direitos, e a gente nem mesmo sabe, o pessoal de lá não sabe sobre vários outros direitos [...]” (Fala do sujeito E2M).

Ao realizar tais ações percebemos uma tentativa de formação de lideranças comunitárias que possam pensar e atuar na cidade e mais especificamente, em suas periferias.

“[...] Então a gente chega, conversa, tenta assim mostrar a realidade, mostrar verdadeiramente o que é, do que se trata, o que é o certo, o que é o errado, porque hoje em dia o pessoal da comunidade, todas as comunidades, é muito acostumado com o que tem, né isso?” (Fala do sujeito E2M).

Outros achados nas entrevistas foram as percepções dos jovens a respeito do direito à cidade e suas vivências e circulação. Para a maioria dos jovens do curso o conhecimento acerca do direito à cidade perpassa a necessidade de compartilhar essa informação com as outras pessoas de suas comunidades, para que reconheçam a cidade como o espaço de todos.

“Eu gosto demais de compartilhar minha formação, dizer como podem usar os serviços urbanos da melhor forma, saber que tem direito aquilo, assim direito a cidade e aquele direito individual é um direito de todo mundo na verdade, o direito ao acesso ao serviço urbano todos nós temos, tem gente que não faz, porque sei lá tem medo de reclamação e já é natural da sociedade, a gente nunca exerce aquela coisa que é direito da gente, como cidadão, e se você compartilhar é melhor, tem muita gente que não faz isso, mas é melhor” (Fala do indivíduo E3M).

A percepção encontrada em duas falas sobre a vivência e a circulação na cidade. Tanto no sentido de que é preciso vivenciá-la mais, quanto no da necessidade de a habitar, como um local de pertencimento e reconhecimento como fica exposto nesta fala do entrevistado E7T:

“Eu acho que é pela vivência, tipo quanto mais você está na cidade, mais algumas coisas acontecem e você vai aprendendo com a vida [...]”

De acordo com Battaus e Oliveira (2016, p.82), “ao permitir o direito à cidade possibilita dar efetividade à dignidade do indivíduo, o que influi diretamente na qualidade de vida dos cidadãos”. Resta claro, então a importância de levar esse conhecimento para os jovens e formá-los como multiplicadores daquele.

A cidade como um espaço não democrático foi também ressaltada, chamando a atenção para a necessidade de o jovem pensar sobre o local onde vive. O que se conecta intimamente com o objetivo do curso que é de formar um pensamento crítico em seus alunos. Como o trecho a seguir isto resta evidenciado:

“Então a cidade em si é um lugar, que deveria ser democrático, o jovem que está inserido nesse meio de democracia entenderia melhor quais são os direitos dele em relação a cidade, dele mesmo onde ele mora. A partir do momento em que tá inserido nessa vida de cidade né? Que não assim, apenas o centro de cidade, tem as periferias. O jovem pode começar a pensar onde ele vive, o que é que ele precisa saber, essas coisas” (Fala do indivíduo E8T).

Perceber a cidade com um microcosmo da sociedade, e ter uma visão analítica do contexto social em que está inserido, é condição fundamental para uma formação completa do jovem cidadão. De acordo com Ribeiro (2004, p.1):

Se antes a ausência de democracia retirava dos segmentos trabalhadores os bens e serviços inerentes à vida urbana, hoje a segregação e separação fazem com que uma parte não desprezível da população seja crescentemente desabilitada dos recursos necessários ao acesso à renda e aos benefícios urbanos.

Neste mote, de acordo com Peter Hall (2001), o planejamento de cidades e os problemas da cidade acabam por se fundir, de forma quase imperceptível, de forma que não limites nessa relação. Essa compreensão permeia o estudo das relações do homem com as cidades, e se faz necessário na formação do jovem.

Sabemos que a melhoria das comunidades e bairros periféricos ainda é permeada pelo velho clientelismo político. Conhecer seus direitos e possuir mecanismos para lutar

por eles é essencial, e constitui faceta importante do direito à cidade, enquanto garantia de cidadania (MARICATO, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizamos essa pesquisa na intenção de entender as práticas pedagógicas de uma ONG, reconhecendo-a como um importante espaço de formação. Os jovens participantes deste estudo frequentam também um espaço formal de educação e estão ali como uma formação complementar, cidadã. O fato de serem periféricos e inseridos numa realidade social excludente reforça a necessidade dessa formação paralela como instrumento de luta pela melhoria de suas comunidades e de suas próprias vidas.

O desenvolvimento formativo dos beneficiários do curso observado é latente; a capacidade de produzir um projeto, executá-lo e avaliá-lo de forma tão competente e lúcida quanto fizeram é rara nos jovens que não têm acesso a esse espaço e a essa formação. A forma como se colocam e expõem suas opiniões demonstra uma desenvoltura surpreendente, mostrando o quanto a participação nesse espaço de formação foi e é importante para a sua construção individual e coletiva como cidadão.

A vasta gama de possibilidades de conteúdos e de instrumentos pedagógicos que podem ser utilizados na educação não formal a torna atrativa e extremamente importante no desenvolvimento e formação do ser humano, que muitas vezes é restrita em instituições de ensino e em outros ambientes formais.

Percebemos ainda, a importância do Direito à cidade na formação cidadã do jovem, visto que, por ser um tema amplo que dialoga com diversos outros assuntos, como por exemplo direitos humanos e políticas públicas, permite uma construção formativa bastante completa e diversificada.

Contribuí ainda, com criticidade, conhecimento legal, com o reconhecimento e pertencimento desses jovens às suas comunidades, que muitas vezes servem apenas como passagem e não despertam qualquer interesse neles. Através de nossas análises percebemos que após a formação há uma disposição em levar e compartilhar os conhecimentos adquiridos com a comunidade e com os moradores, com inclusive, projetos de intervenção, melhoria e ensino nos centros comunitários.

Ser cidadão hoje, engloba muito mais que direitos civis e políticos, é preciso ser consciente, crítico, atuante e isso ocorre através do conhecimento. Nesse sentido, a educação não formal se mostrou altamente relevante e fundida ao Direito à cidade, demonstrou-se uma forma diferente e eficaz de formação do jovem cidadão.

Foi perceptível, portanto, a organização, planejamento e promoção dos projetos e de voltarmos nosso olhar para a necessidade de uma intervenção participante e eficaz no âmbito das práticas socioculturais desenvolvidas, tendo em vista que processos pedagógicos não formais estão sempre implícitos nas práticas, efetivadas no plano coletivo e comunitário.

Percebemos, durante a realização do trabalho a necessidade de estudos que abranjam práticas pedagógicas em espaços não formais de educação e dos processos de ensino e aprendizagem. As pesquisas que desenvolvem e refletem sobre o aspecto pedagógico desses espaços ainda são escassas. Destarte, destacamos a necessidade de construção de uma base maior de estudos e pesquisas sobre o tema, sobretudo para investigações futuras e ampliação da área de estudo.

Por fim, acreditamos que este trabalho nos proporcionou um olhar para a educação não formal, assim como a importância desta na formação cidadã daqueles que dela podem usufruir. Nos fez olhar para como os jovens veem a cidade, as suas comunidades e como podemos melhorar o local que habitamos. Permitiu também, uma ampliação do campo de pesquisa usual daqueles que estudam a educação, e abriu um caminho para novos estudos que busquem investigar a conexão entre a construção da cidadania, a educação e o direito à cidade.

REFERÊNCIAS

1. ANDRÉ, M. E. D. A. de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 2008.
2. BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
3. BATTAUS, D. M. de; OLIVEIRA, E. A. B. de. O direito à cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira. *Lua Nova*, São Paulo, 97: 81-106, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n97/0102-6445-ln-97-00081.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019
4. BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

5. FERNANDES, R. S. Formação de educadores e o trabalho na educação não formal: juventude, cidade e tempo livre. *Revista Comunicações*, Piracicaba, ano 19, n 1, p. 57-70, jan-jun. 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/1027>. Acesso em: 30 nov. 2019
6. FRANCO, M. A. do R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812016000300534&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 dez. 2019.
7. FREIRE, P. *Política e educação: ensaios*. São Paulo: Cortez, 2001.
8. GOHN, M. da G. *Educação Não formal e Cultura Política: impactos sobre o associativo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 2001.
9. GOHN, M. da G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: avaliação políticas públicas na educação*. Rio de Janeiro, v.14, n°.50, p. 27-38, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em: 04 out. 2019.
10. GOHN, M. da G. Educação não-formal na pedagogia social. In: I Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1., São Paulo. *Anais I Congresso Int. de Pedagogia Social*, Faculdade de Educação: Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092006000100034&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 05 out. 2019.
11. GOHN, M. da G. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. *Revista Meta: Avaliação*, v. 1, n. 1, p.28-43, jan-abr. 2009. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/viewFile/1/5>. Acesso em: 28 nov. 2019.
12. GOHN, M. da G. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010.
13. HARVEY, D. O direito à cidade. *Revista Piauí*. Edição 82. jul. 2013. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>. Acesso em: 05 out. 2019.
14. HARVEY, David. A Liberdade da Cidade. In: HARVEY, D; MARICATO, E; et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo. Carta Maior, 2013.
15. HALL, P. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
16. IASI, M. A liberdade, a cidade e a consciência. In: HARVEY, D; MARICATO, E; et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo. Carta Maior, 2013.
17. LEFBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Centauro, 2013.
18. LIBÂNIO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. *Educar*, Curitiba, n°. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a12.pdf>. Acesso em: 05 out 2019.

-
19. LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
20. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas, 2003.
21. MARICATO, E. O estatuto da cidade periférica. In: CARVALHO, C.S.; ROSSBACH, A.C. (orgs.), *O Estatuto da Cidade: comentado*. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.ifrc.org/docs/idrl/947PT.pdf>. Acesso em: 03 out. 2019.
22. MARICATO, E. É uma questão urbana, estúpido! In: HARVEY, D; MARICATO, E; et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
23. MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
24. MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
25. MINAYO, M. C. de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
26. RIBEIRO, L. C. de Q. Cidade e cidadania: inclusão urbana e justiça social. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 43-45, apr. 2004. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000200020. Acesso em: 25.11.2019.
27. SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.